

Poder econômico e financiamento eleitoral no Brasil Parte 2: Concentração e efetividade das doações privadas

Claudio Weber Abramo¹

Jan.2014

Resumo

O papel predominante que uma quantidade relativamente pequena de grandes empresas desempenha no financiamento eleitoral brasileiro está na raiz das preocupações que alimentam o debate sobre o assunto.

Em toda circunscrição eleitoral (estado ou município) e em cada tipo de pleito (do presidente ao vereador) sempre existe uma pequena parcela de empresas doadoras que contribuem com quantias muito mais elevadas do que as demais empresas no financiamento dos candidatos vencedores.

A análise detalhada dos números das eleições recentes mostra que a desigualdade entre as empresas doadoras é a norma geral. Para medir a desigualdade usa-se o índice de Gini, normalmente empregado para medir as disparidades de renda. Na quase totalidade dos pleitos o índice de Gini das doadoras gira em torno de 70%, chegando por vezes a mais de 90%.

A constatação justifica e quantifica o receio de que os eleitos, por deverem muito a poucas empresas, serão vulneráveis a pressões no sentido de beneficiá-las em suas decisões.

O reverso da moeda é que não há motivo para que as empresas doadoras que não estão entre as maiores devam esperar algum retorno do “investimento” eleitoral. Como a contribuição individual das empresas menores é muito inferior às contribuições das maiores, resulta ser improvável que seus pleitos venham a ser considerados pelos eleitos. Em outras palavras, para a vasta maioria das empresas doadoras o investimento eleitoral é um mau negócio.

Uma forma de reduzir o poder de cooptação das grandes empresas é pelo estabelecimento de um teto nacional e de tetos regionais determinados a partir dos Produtos Internos Brutos de estados (para eleições gerais) e municípios (para eleições nesse âmbito). Isso teria como consequência uma distribuição menos concentrada do poder de influência das doadoras, com consequente enfraquecimento das maiores.

¹ Diretor-executivo da Transparência Brasil. Todos os dados reportados nestas notas são extraídos do projeto Às Claras (www.asclaras.org.br), mantido pela entidade e dedicado à análise do financiamento eleitoral no Brasil desde as eleições de 2002.

Introdução

Na Parte 1 deste relatório² discutiram-se peculiaridades do financiamento eleitoral no Brasil, com atenção sobre o custo do voto. Além de exibir a estrutura desse financiamento, apontaram-se incongruências na partição dos recursos empenhados em eleições, o que denota certa irracionalidade por parte dos agentes econômicos.

Nesta segunda parte se examinará a racionalidade dos investimentos financeiros em eleições realizados por empresas sob o ponto de vista de sua expectativa de retorno. Procura-se responder à pergunta sobre se vale a pena, para empresas, financiarem eleições.

A resposta é negativa para a grande maioria delas. A maior parte das doações de empresas corresponde a montantes relativamente baixos. As doações de alto volume se concentram num subconjunto reduzido de doadoras. Como a efetividade das doadoras (ou seja, a proporção dos recursos que são dirigidos a candidatos vencedores) não varia muito entre grandes e pequenas, ficando em média em torno dos 63% (em eleições gerais; a efetividade média em eleições municipais é bem mais baixa, cerca de 40%), a alta concentração que se verifica nas doações em geral se repete quando a atenção é restrita aos candidatos vencedores. Como estes sempre deverão mais às grandes contribuidoras de campanha do que às situadas mais abaixo, o “retorno do investimento” esperado pelas grandes será sempre maior do que o esperado pelas demais.

Em outras palavras, sob o ponto de vista do risco do investimento, ser pequena acarreta desvantagens substanciais em relação às grandes. Enquanto para as grandes doadoras a decisão racional entre financiar eleições e não financiá-las pende para a resposta afirmativa, para as pequenas a racionalidade vai na direção oposta: gastar dinheiro no financiamento eleitoral tem perspectiva de retorno desfavorável.

A atenção deste relatório é concentrada nas eleições recentes, de 2010 e 2012, e realizada estado a estado, sobre todos os cargos em disputa. Em 2012 o exame é restrito às capitais.

Só se consideram empresas tomadas individualmente. Isso deixa de levar em conta situações em que diversas empresas se cotizam para financiar certo candidato ou grupo de candidatos.³

A análise é dividida em três seções e uma conclusão. Na primeira estuda-se o grau de concentração dos financiamentos eleitorais. Na segunda, o potencial de influência das empresas doadoras sobre os candidatos vencedores que financiaram. E, na terceira, o papel desempenhado pelas doadoras de grande porte que financiaram candidatos em diversos

² “Poder econômico e financiamento eleitoral no Brasil. Parte 1: Custo do voto”, em www.excelencias.org.br/docs/custo_do_voto.pdf.

³ Uma análise que buscasse aquilatar o retorno do investimento nesse tipo de acordo teria de identificar os grupos e considerá-los como se constituíssem um único doador. É possível fazer isso agrupando empresas do mesmo setor econômico. Contudo, a identificação do setor só é possível a partir das eleições de 2012, quando – após dez anos de insistência da Transparência Brasil – o TSE passou a incluir, junto à identificação das empresas doadoras, o seu número na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). A partir dos dados de 2012 é possível retroagir às eleições anteriores, mas apenas para as empresas que doaram em 2012. Espera-se que os dados de 2014 continuem a incluir essa informação. Ainda assim, isso não permitiria identificar disputas entre subgrupos de empresas do mesmo setor econômico.

estados diferentes, revelando com isso preocupações estratégicas de âmbito no mínimo regional e, em vários casos, nacional. A conclusão argumenta em favor do estabelecimento de limites para as doações empresariais como forma de reduzir as disparidades que se observam hoje.

Sob o ponto de vista do interesse do eleitor – a consideração que deve predominar –, o que se constata a respeito da concentração das distribuições de doações de empresas justifica a adoção de tais limites (sujeitos a restrições determinadas pelos PIBs de cada estado/município), com a finalidade de reduzir o poder de cooptação das doadoras sobre os candidatos eleitos. Isso aconteceria não apenas porque os montantes absolutos se reduziriam, mas principalmente porque, face à existência de um limite por circunscrição eleitoral, as disparidades entre as doadoras seriam reduzidas e cada uma delas teria, isoladamente, menos potencial de pressão sobre os vencedores.

1. Grau de concentração

Há três motivos concebíveis para que empresas doem dinheiro a campanhas eleitorais: influenciar decisões dos eleitos no sentido de beneficiar diretamente o seu negócio (o que pode ocorrer lícita ou ilícitamente); fortalecer uma posição ideológica; fortalecer um programa administrativo visto como mais eficiente do que outros. A segunda motivação estaria presente mais plausivelmente em eleições no plano federal, pois a capacidade de políticos regionais de direcionar ideologicamente o Estado é reduzidíssima.

No Brasil, a existência de doações eleitorais com motivação ideológica precisaria ser constatada concretamente ou, ao menos, inferida a partir do que se observa nos dados eleitorais e nos posicionamentos de representantes empresariais. Embora não se possa descartar a possibilidade de que alguma motivação eleitoral exista no financiamento eleitoral, os dados eleitorais não parecem suportar a hipótese, pois as doações não discriminam entre os partidos. Isso pode ser consequência de uma percepção empresarial quanto à ausência de real diferenciação ideológica entre as agremiações.⁴

A motivação puramente administrativa (apoiar partidos e candidatos que proponham mecanismos gerenciais do Estado mais eficientes) esbarra com a mesma circunstância da ausência de discriminação. A julgar pela distribuição constatada nas doações realizadas nas eleições brasileiras, aos olhos das empresas todos parecem iguais.

De toda forma, seja qual for a motivação para a realização de uma doação eleitoral, não é plausível supor-se que possa ocorrer na direção oposta à dos interesses da empresa doadora. É o interesse direto (na forma de benefícios individuais ou setoriais) ou indireto (ideológico ou gerencial) das empresas que justificam a doação. Essa é a premissa básica destas notas.

Os financiamentos eleitorais podem ser equiparados ao poder de compra das pessoas. Dadas duas pessoas, aquela com maior renda terá maior poder de compra. Dadas duas empresas

⁴ Isso caminha na direção oposta daquilo que muitas vezes se afirma, a saber, que empresas doadoras nas eleições brasileiras não manifestariam preferências ideológicas.

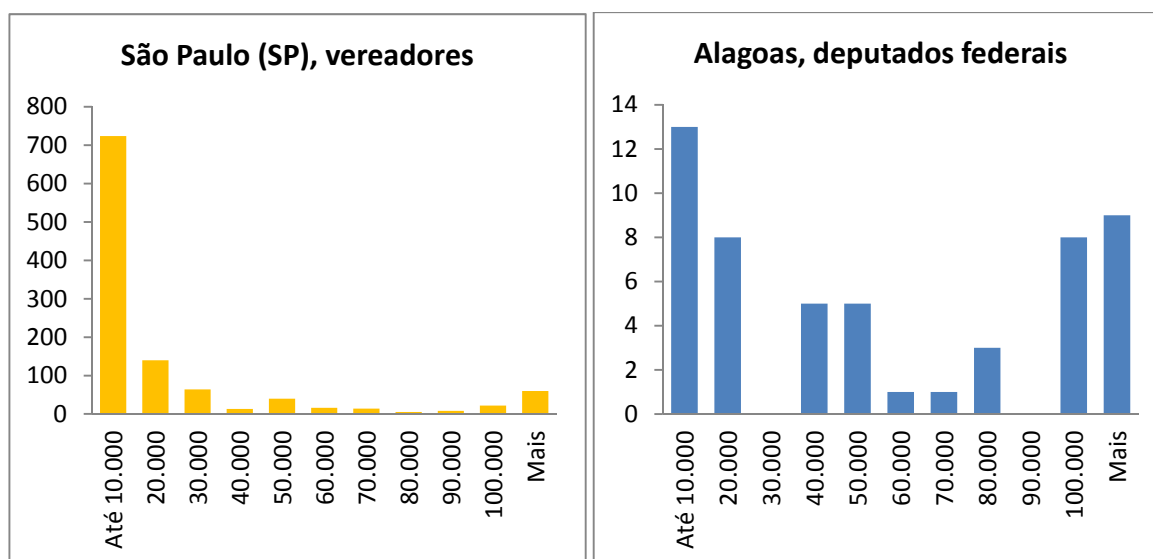
doadoras ao mesmo candidato, aquela que doar mais dinheiro terá “cacife” maior do que a outra na eventualidade de o indivíduo ser eleito.

Existem diversos modos de aquilatar as diferenças que existem entre a renda das pessoas/famílias numa sociedade. A mais conhecida é o índice de Gini.⁵ Trata-se de uma medida estatística da distância que existe entre a situação real e a situação de igualdade completa, quando todas as famílias têm a mesma renda. Na igualdade completa o índice de Gini é 0%; na desigualdade completa (uma única família detém toda a renda) o índice é 100%. Valores intermediários do índice de Gini correspondem, então, ao grau de concentração de renda na sociedade em questão.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado às doações eleitorais. Se todas as doadoras doarem o mesmo montante, o índice de Gini será 0% e todas terão o mesmo poder de influência sobre os eleitos. É claro que essa situação não acontece na prática, pois as doações se distribuem de acordo com padrões bem afastados da igualdade.

Para evitar que montantes desprezíveis contribuam para agravar ainda mais o já elevado grau de desigualdade que se verifica na distribuição de doações, consideram-se apenas receitas superiores a R\$ 1.000.

Os gráficos seguintes exemplificam o que acontece em duas situações:



Nas eleições de 2012 para vereador de São Paulo (SP) um total de 1.106 doadoras contribuiu com R\$ 36.386.624 a candidatos e comitês. Destas, 724 doaram até R\$ 10 mil (a primeira barra); 140 empresas doaram entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil (segunda barra); etc.; até 22 doadoras que contribuiriam, cada qual, com montantes superiores a R\$ 100 mil. Essa distribuição de doações resulta num índice de Gini de 81,2%.

Já nas eleições para deputado federal de Alagoas em 2010, 53 doadoras contribuiriam com um total de R\$ 3.759.044, dos quais 13 doaram até R\$ 10 mil; etc. e 8 doaram mais de R\$

⁵ Mais propriamente, coeficiente de Gini. O índice de Gini é uma lista de coeficientes de Gini multiplicados por 100 e expressos como porcentagens.

100 mil. O índice de Gini correspondente é de 58,3% – menor do que o exemplo de São Paulo, mas ainda assim elevadíssimo.

Para se ter uma ideia de quão elevado é esse número, o índice de Gini do Brasil, que tem uma das piores distribuições de renda do mundo, é 54,7%. O país que, conforme o Banco Mundial, tem a pior distribuição de renda é a África do Sul, com 63,1%. No outro extremo da escala, os países nórdicos, caracterizados por baixa desigualdade de renda, têm índices de Gini em torno de 25%.⁶

Outra forma de calcular a desigualdade é pela determinação do percentual do total que cabe ao escalão superior. Assim, na população brasileira, os 10% mais ricos detêm 42,9% da renda, o que dá uma boa medida da concentração da riqueza. No caso das doadoras eleitorais, as análises que se seguem empregam como patamar as 5% que mais doaram.⁷ Nos exemplos dos candidatos a vereador em São Paulo e a deputado federal em Alagoas obtêm-se respectivamente: em São Paulo, entre as 1.106 doadoras que doaram R\$ 1.000 ou mais, as 78 mais generosas contribuíram com 65,6% do total; em Alagoas, entre 53 doadoras, as 4 do topo doaram 32% do total.

Como o interesse em financiar eleições varia de estado a estado e conforme o tipo de eleição, o cálculo do grau de desigualdade das doações por empresas não deve ser feito no atacado, considerando-se simultaneamente todas as doações em todos os lugares, mas no âmbito de cada circunscrição eleitoral e para cada cargo em disputa.

Na determinação dos montantes doados consideram-se doações tanto para candidatos quanto para comitês partidários de todos os partidos que compuseram as coligações das diversas campanhas. No cálculo da efetividade, a qual leva em conta os eleitos, no caso dos candidatos majoritários (presidente, senador, governador e prefeito) as receitas de comitês de coligações são agregadas às suas receitas, mas para os cargos proporcionais (deputado federal, deputado estadual/distrital e vereador) consideram-se apenas as doações feitas diretamente às campanhas dos candidatos, pois doações a comitês coletivos não podem ser atribuídas a indivíduos específicos.

A efetividade de um investimento qualquer é determinada por sua rentabilidade: qual é o retorno que o dinheiro investido produz. Carregando o mesmo princípio para as doações eleitorais, a efetividade das contribuições realizadas por uma empresa pode ser definida como a porcentagem desse dinheiro que foi canalizada para candidatos vencedores. Se uma empresa financia um único candidato e esse candidato é eleito, a efetividade do investimento eleitoral é de 100%; se, ao contrário, o candidato não é eleito, a efetividade é de 0%. (A circunstância de o investimento produzir resultados materiais, ou seja, que o indivíduo eleito devolva vantagens concretas à empresa financiadora, dependerá de seu comportamento e de como ele será vigiado – é exatamente para isso que existe a obrigatoriedade de divulgação dos financiamentos eleitorais.)

⁶ É bom lembrar que baixa desigualdade de renda não significa riqueza. O índice de Gini de Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo (PIB per capita de US\$ 752), é 32,1%. Ou seja, ali a pobreza é bem distribuída.

⁷ Mais propriamente, a quantidade de doadoras que doaram quantias maiores ou iguais àquela que a menor doadora entre os cinco por cento do topo doou.

Ver, no final deste relatório, as tabelas de concentração e de efetividade para todos os estados e todos os cargos em disputa nas eleições de 2010 e 2012 (neste último caso, a atenção se limita às capitais estaduais).

São os seguintes os números para a eleição presidencial (todos os candidatos):

Concentração: Presidente da República 2010					
<i>Qtd doadoras</i>	<i>Total doado</i>	<i>Gini</i>	<i>Qtd Maiores</i>	<i>Doações das maiores</i>	<i>Parcela das maiores</i>
712	R\$ 647.986.584	84,7%	36	R\$ 401.373.000	61,9%

O grau de concentração verdadeiramente brutal (índice de Gini de 84,7%) que se verifica nas doações para as eleições presidenciais também se reflete na enorme parcela que coube às 36 maiores doadoras. A efetividade foi semelhante entre as maiores e as demais doadoras:

Efetividade: Presidente da República, 2010					
<i>Maiores</i>			<i>Demais</i>		
<i>Eleito</i>	<i>Não eleitos</i>	<i>Efetividade</i>	<i>Eleito</i>	<i>Não eleitos</i>	<i>Efetividade</i>
1	4	68,6%	1	5	66,7%

Governador. Na maioria dos estados, o índice de Gini das doadoras para campanhas de governador situa-se acima dos 70%, chegando a 82,8% no Piauí, estado em que três empresas foram responsáveis por nada menos de 58,4% do total das doações acima de R\$ 1.000 – apesar disso, tais doações não se dirigiram ao candidato vencedor. Outro estado em que as maiores doadoras apostaram em candidatos perdedores foi o Amapá. Ali, as demais empresas tampouco acertaram a escolha: para elas a efetividade foi baixa, de apenas 19,0%.

O menor índice de Gini (Pernambuco) foi de 56,5%, ainda assim elevado; entre 90 doadoras, três acumularam 16,2% das doações. Houve três estados em que as maiores concentraram as suas doações no candidato vencedor, conseguindo efetividade de 100%: Acre, Maranhão, Roraima.

Senador. As desigualdades verificadas nas eleições para o Senado, embora um pouco menos acentuadas do que as que se constatam no pleito para governador, acompanham a tendência à concentração. O menor índice de Gini é verificado em Sergipe (48,8%) – onde quatro doadoras responderam por 54,0% do total de doações. Essas doadoras, porém, erraram a aposta, pois financiaram um único candidato que não foi eleito. O mesmo aconteceu em Tocantins.

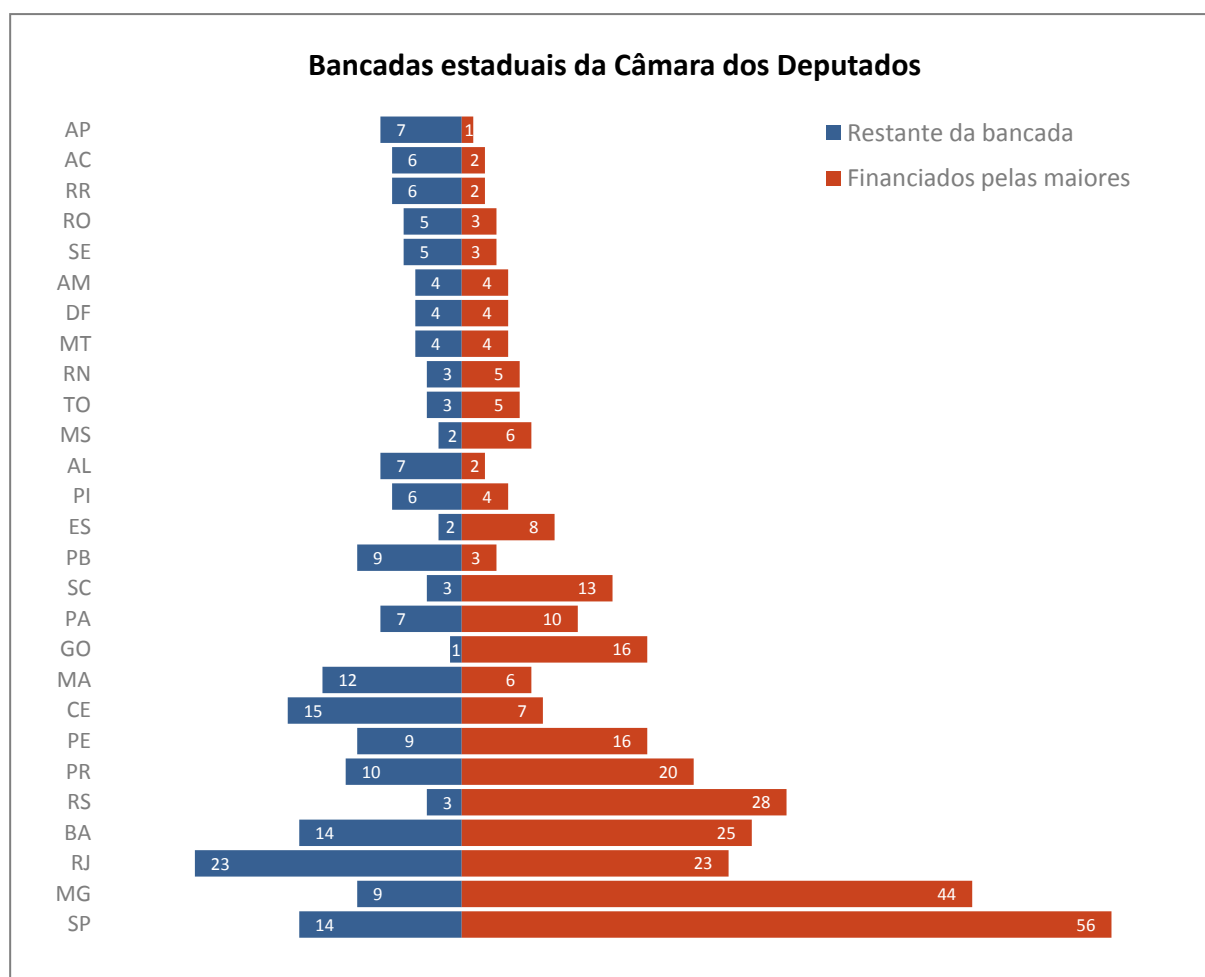
Em cinco estados (Alagoas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Roraima) as maiores doadoras concentraram o financiamento apenas em vencedores, portanto com efetividade de 100%.

Deputado federal. Os índices de Gini variam de um máximo de 82,0%, no Acre a 58,3%, em Alagoas. A efetividade das doações das maiores empresas doadoras foi em geral muito alta: apenas em cinco estados ela ficou abaixo de 50% do dinheiro investido. Em 12 estados essa

efetividade situou-se acima dos 80%, dos quais três (Acre, Piauí, Sergipe) atingiram os 100%, com os principais doadores financiando exclusivamente vencedores.

Nada menos de 320 dos deputados federais eleitos foram financiados por empresas que, em cada estado, compõem a lista das maiores doadoras. A doação média dessas empresas por deputado eleito foi de R\$ 58,2 mil, ao passo que a doação média das demais doadoras aos candidatos eleitos cujas campanhas financiaram (466 deputados⁸) foi de apenas R\$ 2.615.

Nos seis estados com as maiores bancadas, e que correspondem a mais de metade do total de 513 integrantes da Câmara dos Deputados (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná), os candidatos financiados pelas maiores doadoras compõem 73% dos eleitos. Tomados individualmente, os estados com maior proporção de deputados eleitos com tais doações foram: Goiás (94,1% dos parlamentares), Rio Grande do Sul (90,3%), Minas Gerais (83%), Santa Catarina (81,3%) e São Paulo e Espírito Santo (80%). O gráfico seguinte resume a situação estado a estado.



Deputado estadual/distrital. A desigualdade entre empresas doadoras financiadoras de deputados estaduais/distritais varia relativamente pouco entre os estados, entre 78,8% em Goiás e 60,2% em Rondônia. A exemplo da disputa de deputado federal, a efetividade das

⁸ Esses 466 incluem boa parte dos 320 que também receberam dinheiro das maiores.

maiores doadoras foi elevada: apenas em quatro estados o percentual de sucesso (dinheiro aplicado em candidatos vencedores) ficou abaixo dos 50%; em nove estados ultrapassou os 70% e em um (Sergipe) chegou a 100%.

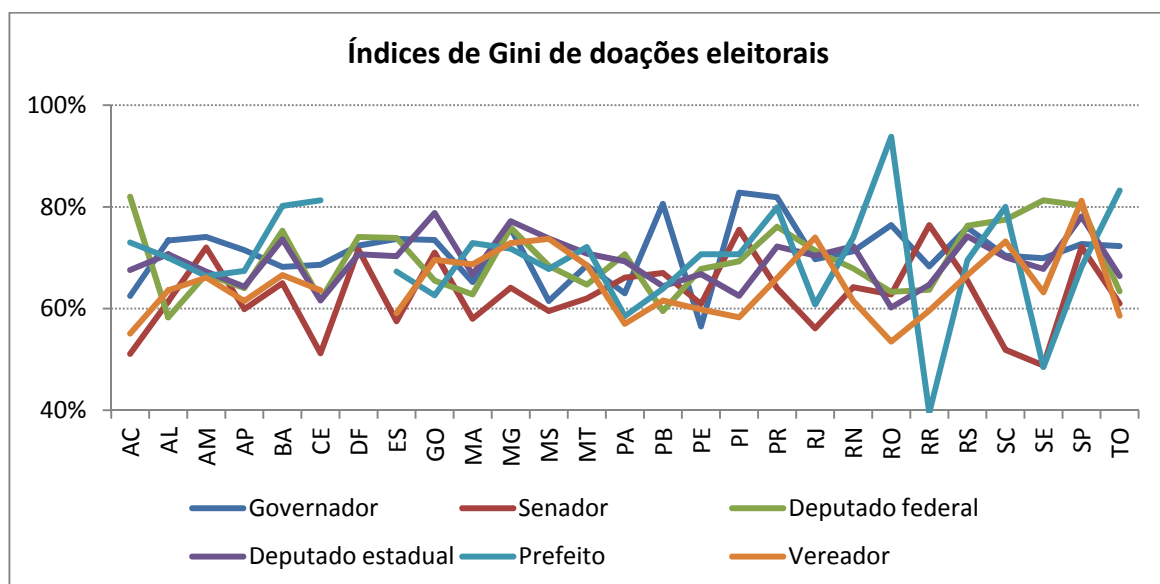
Prefeito. No pleito para prefeito de capitais, observa-se uma dispersão um pouco maior dos índices de Gini em comparação com a eleição de governador. Constata-se numa extremidade Porto Velho (Rondônia), com extraordinários 93,8%; nessa cidade, 37 empresas fizeram doações, mas três delas concentraram 90,9% do dinheiro. No entanto, a aposta dessas empresas não resultou, pois todos os recursos foram destinados a candidatos não eleitos. Situação idêntica ocorreu em Teresina (PI), Campo Grande (MS) e João Pessoa (PB).

Já em Florianópolis (SC) e Aracaju (SE) as maiores doadoras empenharam o total de seus recursos nos candidatos vencedores. Em catorze estados a efetividade das grandes ficou abaixo dos 50%.

Vereador. Passando à eleição de vereadores nas capitais, é curioso observar que Porto Velho aparece agora no pé da lista da desigualdade, com índice de Gini de 53,5%. O topo é ocupado por São Paulo, com 81,2% (demonstrando que abundância não é sinônimo de igualdade). A campanha nessa cidade teve 1.106 empresas doadoras, mas 69 delas concentraram 58% das doações.

A efetividade máxima dos maiores doadores foi de 88,8% (em Macapá, AP) e a mínima de 14,4% em Vitória (ES). O cálculo de efetividade não é feito para Curitiba (PR), pois o TSE não informa quem foi eleito vereador.⁹

Quando se exibem os índices de Gini de todos esses pleitos em um gráfico, o quadro geral de alta concentração se mostra bem evidente. Com exceção de um ponto, todos os demais se distribuem em torno da linha dos 70%.



⁹ Dados originais rechecados em 11.jan.2014. Esse tipo de deficiência, que se repete em outros municípios, é típico da baixíssima qualidade dos dados fornecidos pelo TSE.

Uma vez constatada a situação generalizada de forte desigualdade entre empresas doadoras, trata-se agora de entender como se comparam os potenciais de influência conquistados sobre os políticos eleitos.

2. Poder de influência

Evidentemente, o retorno de um investimento depende do montante que foi investido. Uma empresa que contribua com R\$ 100 mil para candidatos a prefeito (digamos) com efetividade de 60% terá dirigido ao vencedor R\$ 60 mil. Outra empresa, que tenha doado R\$ 10 mil exclusivamente ao vencedor, terá efetividade de 100% no investimento, mas ainda assim os R\$ 60 mil doados pela primeira serão seis vezes maiores do que os R\$ 10 mil da outra e, portanto, seu potencial de pressão será seis vezes maior.

O que nos interessa agora é estimar a distância que existe entre as empresas doadoras em termos de seu potencial de pressão sobre os candidatos vencedores. Do mesmo modo que se fez na seção anterior, as empresas doadoras são divididas em dois grupos: as 5% maiores e as demais.

Para estimar a força relativa das empresas junto aos políticos eleitos, usa-se a razão entre a média das doações das maiores e a média das demais empresas doadoras. Quanto maior for esse fator, maior será a força relativa de influência.

A separação entre “maiores” e “demais” é arbitrária. Da mesma forma que se empregou como linha divisória as 5% maiores doadoras, seria possível usar qualquer outro patamar. Aumentar o número de maiores doadoras tem o efeito de reduzir a média de doações tanto dessas doadoras quanto das demais – mas como a redução da média das maiores tem como limite inferior a média geral, mas a média das demais tem o limite final 0, o resultado de se ampliar a faixa das maiores é aumentar o fator de influência relativo.

É claro que as doadoras situadas fora do conjunto das maiores se distribuem numa lista decrescente de montantes doados. As empresas que estão no alto da lista das “demais” estão próximas das menores entre as “maiores”. Ou seja, em todos os casos, o que o fator de influência relativa exprime são diferenças de natureza estatística englobando médias; exceto em situações extremas (há uma só doadora “maior”) tais diferenças não podem ser traduzidas em termos de poder de influência individual das empresas. Para isso é necessário considerar as doações de cada uma delas.

Ver, no final deste relatório, as tabelas de concentração e poder de influência de todos os cargos em disputa nas eleições de 2010 e 2012 (neste último caso, a atenção se limita às capitais estaduais).

São os seguintes os números relativos à eleição presidencial (montantes em milhares de R\$):

<i>Qtd doadoras</i>	<i>Total doado</i>	<i>Gini</i>	<i>Qtd Maiores</i>	<i>Doações das maiores</i>	<i>Parcela das maiores</i>	<i>Média das maiores</i>	<i>Média das demais</i>	<i>Fator</i>
543	R\$ 428.280	83,0%	37	R\$ 275.685	64,4%	R\$ 7.346	R\$ 301	24,4

Clique no Fator de influência para ver a lista das doadoras.

Das 543 empresas que fizeram doações superiores a R\$ 1.000 à campanha vitoriosa da presidente da República, as 37 maiores contribuíram com 64,4% do total de R\$ 428,3

milhões. A média de doações dessas empresas foi de R\$ 7,3 milhões, ou seja, 24,4 vezes maior do que a média das doações das demais empresas.

A desigualdade entre doadoras é muito elevada, como exprime o índice de Gini de 83,0%, implicando uma forte concentração da capacidade potencial de influenciar a administração da presidente eleita: a principal doadora, Construtora Andrade Gutierrez, contribuiu com R\$ 43 milhões para a campanha, quase o dobro das três seguintes: o Banco Bradesco (que doou diretamente e por intermédio de dois bancos subsidiários), a Construtora Queiroz Galvão, ambos com R\$ 24 milhões, e a Construções e Comércio Camargo Correa, com R\$ 23,9 milhões. A décima da lista doou R\$ 7,3 milhões, a vigésima doou R\$ 4 milhões etc.

Governador. O estado em que o conjunto das financiadoras principais mais se distanciou dos demais foi a Paraíba, com um fator de influência potencial das maiores doadoras (8 empresas de um total de 81) de 22,8. Em outros nove estados esse fator é maior do que 10 e em apenas um (Pernambuco) é menor do que 5, denotando uma distribuição de doações (e de influências) um pouco menos desigual.

Senador. Talvez por serem muito dependentes dos pleitos para governador, as eleições para o Senado costumam atrair a atenção de uma quantidade relativamente baixa de empresas doadoras. Há situações extremas, como Tocantins, em que quatro doadoras contribuíram para as campanhas dos dois senadores eleitos, sendo que três doaram R\$ 100 mil e uma empresa financiou um deles com R\$ 2,3 mil. Com isso, o fator de influência das três maiores resulta altíssimo: 43,5.

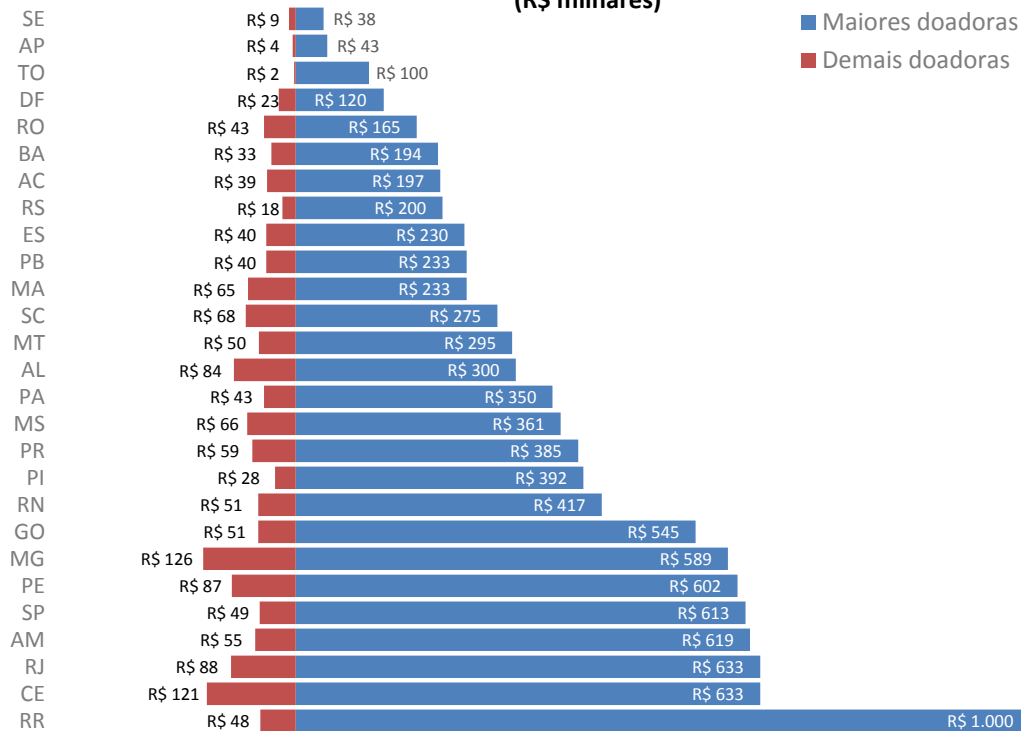
Situações menos extremas, mas ainda assim significativas, ocorrem em estados como, por exemplo, São Paulo, em que (como em todos os pleitos) as quantidades de empresas doadoras são elevadas. Em 2010, 138 empresas contribuíram com R\$ 1 mil ou mais para campanhas dos candidatos que se elegeram. Dessas, 12 compuseram o grupo das maiores, tendo cada qual doado, em média, R\$ 613 mil. A média das demais empresas foi de apenas R\$ 49 mil, o que resulta num fator de influência relativa elevado, de 12,4.

No pleito para o Senado, em 19 estados o fator resultou abaixo de 10 e, dentre estes, seis ficaram entre 3,6 e 5.

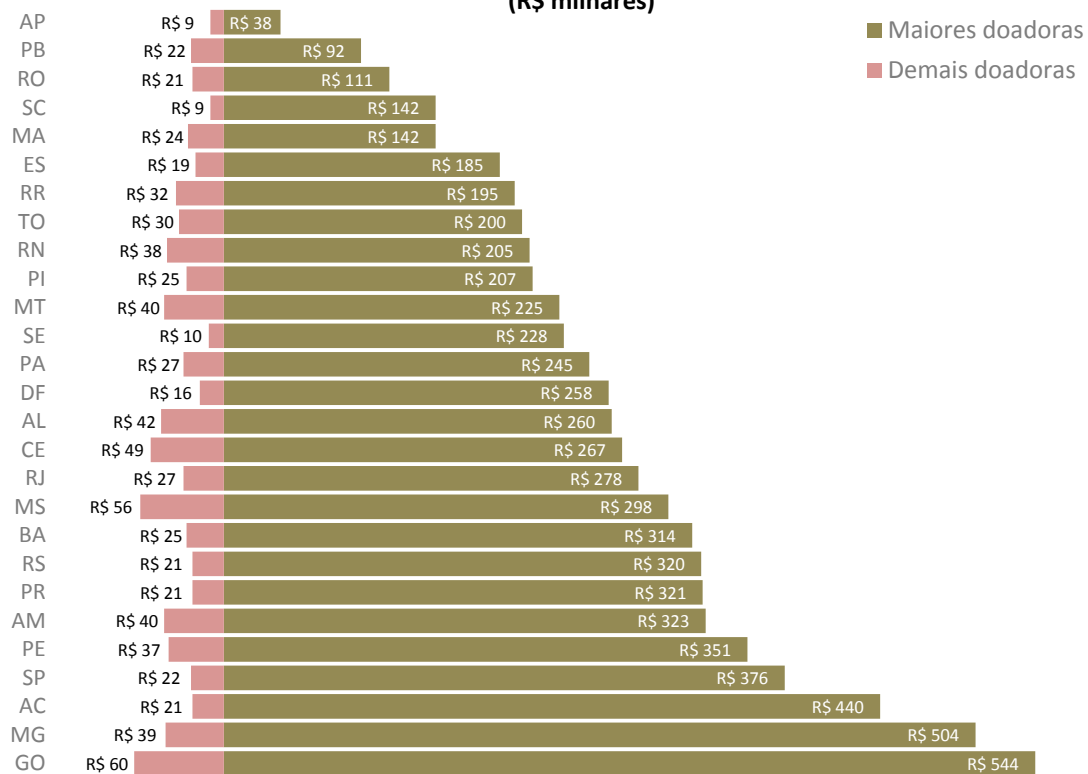
Deputado federal. A concentração de recursos provenientes das maiores empresas doadoras se traduz, na Câmara dos Deputados, em fatores de influência muito elevados. Em dois estados (Acre e Sergipe) a doação média das maiores doadoras superou em mais de 20 vezes a doação média das demais empresas. Em outros oito estados o fator de influência comparativa situou-se entre 10 e 20 e em apenas dois (Amapá e Paraíba) ficou abaixo de 5.

Os gráficos seguintes representam as disparidades entre as doações médias das maiores e das demais empresas doadoras nas bancadas estaduais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (neste caso, restrita aos dois senadores eleitos em 2010).

Doações médias - Senado Federal (R\$ milhares)



Doações médias - Câmara dos Deputados (R\$ milhares)



Deputado estadual/distrital. Neste pleito, em oito estados o fator de influência relativa ficou acima de 10, com o máximo em Goiás (15), seguido de São Paulo (14,8), Distrito Federal (14,1) e Minas Gerais (12,8). Nos demais estados, em apenas um (Roraima) o fator ficou abaixo de 5.

Prefeito. Os pleitos municipais das capitais (2012) se caracterizaram por uma dispersão (variação dos números) maior do que se verificou no pleito para governador dos estados, dois anos antes. Em algumas cidades a concentração, medida pelo índice de Gini, chegou perto ou mesmo superou os 90%. Foi o caso de Campo Grande (MS), cujo prefeito foi eleito com doações de duas empresas, umas das quais responsável por quase 100% do financiamento privado que recebeu. Outra eleição em condições semelhantes foi a de Palmas (TO), em que, de 12 empresas doadoras, duas responderam por 87,2% do financiamento empresarial, resultando num fator de influência relativa de 34. Em Cuiabá (MS) o fator foi 20.

Outras sete capitais apresentaram fator superior a 10. Das capitais restantes, em nove o fator situou-se entre 5 e 10 e em sete ficou abaixo de 5.

Vereador. Das 25 capitais analisadas (a análise em Curitiba não pode ser feita porque os dados fornecidos pelo TSE omitem a informação sobre quais candidatos foram eleitos), em seis o fator de influência é superior a 10 e em seis, inferior a 5. O quadro geral de grande desigualdade se reproduz também nesse pleito.

3. Interesses estratégicos

Para a maioria das empresas doadoras de campanhas eleitorais, o interesse que perseguem é localizado num estado ou cidade. Há empresas, porém, cujos interesses extrapolam limites estaduais e se projetam no plano nacional, financiando candidatos em mais do que um estado, bem como postulantes à Presidência.

Levando em conta apenas empresas doadoras que financiaram candidatos vencedores em mais de um estado – além de, eventualmente, a presidente eleita – e fechando sobre as trinta que, no agregado, empenharam mais dinheiro, obtém-se o quadro resumido na tabela da página seguinte. Assinalam-se também as quantidades de diferentes partidos aos quais pertencem os candidatos financiados.

A primeira da lista, a Construções e Comércio Camargo Correa, doou nada menos de R\$ 63 milhões aos diversos eleitos; além da presidente, a empresa financiou 18 governadores eleitos, deputados federais de 13 estados, senadores de 12 estados e deputados estaduais de 5 estados. Na casa dos R\$ 40 milhões estão quatro empresas; perto dos R\$ 30 milhões, uma empresa; com doações agregadas entre R\$ 10 e R\$ 20 milhões há dez empresas; as doações das restantes descem até R\$ 5,15 milhões.

Ou seja, mesmo no grupo das empresas mais generosas se observa uma concentração acentuada (o índice de Gini nesse conjunto reduzido é de 42%). A influência potencial que as empresas situadas no alto da lista terão sobre os eleitos será sempre maior – guardados os detalhes do financiamento de cada cargo em cada estado, é claro – do que a influência das “menores”.

A variedade dos partidos financiados – mais de dez em vários casos – atesta que, no julgamento das empresas doadoras, a filiação partidária dos candidatos é irrelevante.

Entre as megadoadoras há uma forte predominância de empresas do setor da construção civil; os maiores bancos estão também presentes – embora com estratégias distintas entre si, como mostram as destinações do dinheiro doado –, bem como as grandes operadoras do agronegócio e do complexo metálico-mineral.

Esse grupo seletivo de doadoras realizou doações a candidatos eleitos totalizando R\$ 521.596.936, o que corresponde a 22,5% do total de doações de empresas a todos os candidatos em 2010. Dado esse quadro, é patente que a influência potencial das empresas doadoras de menor porte praticamente desaparece frente às megadoadoras.

Em outras palavras, em termos do retorno esperado do investimento eleitoral, para a vastíssima maioria das empresas doadoras o investimento não vale a pena. Mesmo que financiem candidatos vencedores, sua influência potencial sobre eles corresponderá a uma fração ínfima da influência potencial de um pequeno número de grandes doadoras. Isso é efeito direto do grau extremo de desigualdade entre as empresas doadoras, conforme exprimem os índices de Gini em cada pleito.

(Por outro lado, um dos motivos alegados para a persistência das médias e pequenas doações empresariais é funcionarem como medida preventiva contra a possibilidade de represálias por parte dos indivíduos eleitos.)

Maiores doadoras com interesses estratégicos			
Empresas	Estados	Partidos	Doações
Construcoes e Comercio Camargo Correa S/A			R\$ 63.077.120
Presidente			R\$ 23.900.000
Senador	12	6	R\$ 9.075.000
Governador	18	5	R\$ 21.207.120
Dep. federal	13	11	R\$ 6.805.000
Dep. estadual/distrital	5	9	R\$ 2.090.000
Construtora Queiroz Galvao S A			R\$ 46.708.520
Presidente			R\$ 24.031.000
Governador	15	5	R\$ 20.622.520
Dep. federal	7	4	R\$ 1.862.000
Dep. estadual/distrital	3	3	R\$ 193.000
Banco Bradesco [inclui Bancos Alvorada e Bankpar]			R\$ 43.020.000
Banco Alvorada S.A.			
Presidente			R\$ 14.010.000
Governador	15	6	R\$ 14.074.000
Banco Bradesco SA			
Presidente			R\$ 3.660.000
Governador	11	6	R\$ 4.876.000
Banco Bankpar S.A.			
Presidente			R\$ 6.400.000
Construtora Andrade Gutierrez SA			R\$ 43.000.000
Presidente			R\$ 43.000.000

Maiores doadoras com interesses estratégicos			
<i>Empresas</i>	<i>Estados</i>	<i>Partidos</i>	<i>Doações</i>
JBS S/A			R\$ 41.463.000
<i>Presidente</i>			R\$ 19.050.000
<i>Senador</i>	7	5	R\$ 1.410.000
<i>Governador</i>	7	3	R\$ 10.150.000
<i>Dep. federal</i>	15	12	R\$ 8.280.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	7	9	R\$ 2.573.000
Construtora OAS S.A.			R\$ 27.709.000
<i>Presidente</i>			R\$ 12.825.000
<i>Senador</i>	8	7	R\$ 3.150.000
<i>Governador</i>	9	4	R\$ 7.645.000
<i>Dep. federal</i>	7	7	R\$ 2.419.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	2	6	R\$ 1.670.000
Gerdau Comercial de Aços S.A.			R\$ 18.980.000
<i>Presidente</i>			R\$ 5.850.000
<i>Senador</i>	13	8	R\$ 1.819.000
<i>Governador</i>	15	5	R\$ 6.405.000
<i>Dep. federal</i>	12	12	R\$ 4.041.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	5	11	R\$ 865.000
Banco BMG SA			R\$ 17.776.000
<i>Presidente</i>			R\$ 3.200.000
<i>Senador</i>	4	4	R\$ 1.000.000
<i>Governador</i>	16	5	R\$ 8.451.000
<i>Dep. federal</i>	11	10	R\$ 2.950.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	7	11	R\$ 2.175.000
Leyroz de Caxias Industria Comercio & Logistica LTDA			R\$ 17.686.000
<i>Presidente</i>			R\$ 7.440.000
<i>Senador</i>	3	3	R\$ 1.216.000
<i>Governador</i>	10	4	R\$ 7.624.000
<i>Dep. federal</i>	4	5	R\$ 1.150.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	2	1	R\$ 256.000
Galvao Engenharia S/A			R\$ 17.479.330
<i>Presidente</i>			R\$ 4.155.000
<i>Senador</i>	6	5	R\$ 1.320.020
<i>Governador</i>	10	5	R\$ 9.784.310
<i>Dep. federal</i>	8	7	R\$ 1.115.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	5	9	R\$ 1.105.000
Companhia Metalurgica Prada			R\$ 17.100.000
<i>Presidente</i>			R\$ 4.000.000
<i>Senador</i>	10	8	R\$ 4.450.000
<i>Governador</i>	8	3	R\$ 5.650.000
<i>Dep. federal</i>	6	6	R\$ 2.550.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	5	4	R\$ 450.000

Maiores doadoras com interesses estratégicos			
<i>Empresas</i>	<i>Estados</i>	<i>Partidos</i>	<i>Doações</i>
U T C Engenharia S/A			R\$ 15.879.666
<i>Presidente</i>			R\$ 6.950.000
<i>Senador</i>	5	3	R\$ 1.650.000
<i>Governador</i>	4	4	R\$ 4.680.000
<i>Dep. federal</i>	7	7	R\$ 2.163.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	3	3	R\$ 436.666
Contax S.A.			R\$ 14.100.000
<i>Presidente</i>			R\$ 12.400.000
<i>Governador</i>	6	4	R\$ 1.700.000
Carioca Christiani Nielsen Engenharia S A			R\$ 11.968.700
<i>Presidente</i>			R\$ 4.030.000
<i>Governador</i>	3	2	R\$ 5.988.700
<i>Dep. federal</i>	2	6	R\$ 1.355.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	3	5	R\$ 595.000
Ultrafertil S/A			R\$ 11.660.000
<i>Presidente</i>			R\$ 6.100.000
<i>Governador</i>	9	3	R\$ 5.560.000
Vale Manganes S.A.			R\$ 10.960.000
<i>Presidente</i>			R\$ 8.010.000
<i>Governador</i>	3	3	R\$ 2.950.000
Fertilizantes Fosfatados S/A. Fosfertil			R\$ 9.600.000
<i>Presidente</i>			R\$ 4.600.000
<i>Governador</i>	8	4	R\$ 5.000.000
Mendes Junior Trading e Engenharia S A			R\$ 9.566.000
<i>Presidente</i>			R\$ 4.580.000
<i>Governador</i>	3	2	R\$ 3.830.000
<i>Dep. federal</i>	8	7	R\$ 956.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	2	2	R\$ 200.000
Via Engenharia S. A.			R\$ 9.235.000
<i>Presidente</i>			R\$ 5.425.000
<i>Governador</i>	6	4	R\$ 2.870.000
<i>Dep. federal</i>	4	4	R\$ 940.000
Alusa Engenharia S.A.			R\$ 9.030.000
<i>Presidente</i>			R\$ 4.000.000
<i>Senador</i>	8	7	R\$ 1.590.000
<i>Governador</i>	5	5	R\$ 1.660.000
<i>Dep. federal</i>	6	6	R\$ 1.510.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	2	2	R\$ 270.000
Itau Unibanco S.A.			R\$ 8.820.050
<i>Senador</i>	9	7	R\$ 2.400.000
<i>Governador</i>	9	5	R\$ 3.420.050
<i>Dep. federal</i>	13	14	R\$ 2.650.000
<i>Dep. estadual/distrital</i>	4	6	R\$ 350.000

Maiores doadoras com interesses estratégicos			
Empresas	Estados	Partidos	Doações
Serveng Civilsan S A Empresas Assoc. de Engenharia			R\$ 8.270.000
Presidente			R\$ 3.800.000
Senador	3	3	R\$ 600.000
Governador	4	3	R\$ 2.450.000
Dep. federal	5	4	R\$ 880.000
Dep. estadual/distrital	4	4	R\$ 540.000
Egesa Engenharia S/A			R\$ 8.255.000
Governador	8	4	R\$ 5.120.000
Dep. federal	7	9	R\$ 2.170.000
Dep. estadual/distrital	3	6	R\$ 965.000
Telemont Engenharia de Telecomunicações S.A			R\$ 7.850.000
Senador	9	8	R\$ 3.200.000
Governador	4	3	R\$ 4.100.000
Dep. federal	2	1	R\$ 350.000
Dep. estadual/distrital	1	1	R\$ 200.000
Eit Empresa Industrial Tecnica SA			R\$ 6.622.550
Senador	2	2	R\$ 1.050.000
Governador	5	4	R\$ 3.878.300
Dep. federal	3	5	R\$ 1.284.000
Dep. estadual/distrital	4	5	R\$ 410.250
C R Almeida S/A - Engenharia de Obras			R\$ 6.220.000
Presidente			R\$ 2.700.000
Senador	2	2	R\$ 750.000
Governador	3	3	R\$ 2.100.000
Dep. federal	3	4	R\$ 520.000
Dep. estadual/distrital	1	1	R\$ 150.000
Cosan S/A Industria e Comercio			R\$ 5.795.000
Presidente			R\$ 3.650.000
Dep. federal	9	7	R\$ 1.615.000
Dep. estadual/distrital	2	6	R\$ 530.000
Tempo Servicos LTDA.			R\$ 5.250.000
Presidente			R\$ 5.250.000
Copersucar - Coop. de Prod. Açucar e Alcool			R\$ 5.250.000
Presidente			R\$ 2.650.000
Senador	2	2	R\$ 400.000
Dep. federal	5	6	R\$ 1.200.000
Dep. estadual/distrital	1	4	R\$ 1.000.000
Minerações Bras. Reunidas S/A - Mbr			R\$ 5.150.000
Governador	2	2	R\$ 5.150.000

4. Conclusões

A influência potencial desmesurada que as maiores empresas doadoras amesclam com o financiamento eleitoral é, evidentemente, motivo de preocupação. Não apenas a devolução ilícita do “favor” financeiro por parte dos indivíduos eleitos é uma possibilidade permanente num país cujos mecanismos de controle funcionam mal, como também causa sobressalto a natureza e a dimensão das contrapartidas formalmente lícitas, na forma de legislações que favoreçam setores da economia, regulamentações que aliviem obrigações de todo tipo e assim por diante.

A proibição do financiamento eleitoral privado (incluindo ou não pessoas físicas) aparece como remédio para tais riscos.

Conforme se argumentou na Parte 1 deste relatório, além de conduzir a alterações profundas no inteiro sistema eleitoral, semelhante proibição tenderia a empurrar para o Caixa 2 ao menos parte dos financiamentos que hoje fluem no Caixa 1. Devido ao fato de o interesse de empresas em influenciar as decisões dos políticos casar-se com o interesse destes em suplantar seus adversários eleitorais, a motivação mais básica para o financiamento eleitoral não desapareceria com uma proibição formal. Empresas – em particular as de menor porte, que estão mais distantes do olhar fiscalizador das autoridades financeiras – continuariam a financiar candidatos e partidos. Como não poderiam fazê-lo legalmente, recorreriam à ilegalidade.

Há opções menos arriscadas de intervenção sobre a regulamentação dos financiamentos eleitorais privados.

Como se viu na Parte 1, a atual regulamentação leva a uma irracionalidade básica quando se estudam as distribuições regionais das doações de empresas: não há correlação entre os montantes financiados nos estados e os seus respectivos Produtos Internos Brutos.

O estabelecimento de um teto absoluto para doações de empresas, condicionado a tetos estaduais determinados pelo PIB, teria como consequências reduzir essa irracionalidade e trazer uma redução substancial das desigualdades entre as empresas doadoras, com consequente perda de potencial de influência das maiores. Continuará a haver empresas que doariam junto ao teto, ao lado de uma maioria que faria doações distribuídas nas faixas inferiores. A diferença em relação à situação atual residiria no fato de que essas maiores não teriam potencial de influência sobre os eleitos tão pronunciado como o que se verifica hoje. Isso, por sua vez, reduziria para todos os eleitos a vulnerabilidade em relação a seus doadores: ao “dever” menos para mais doadores, os eleitos teriam menos motivos para privilegiar alguns deles. O estabelecimento de um teto reduziria o índice de Gini das doações, funcionando assim como mecanismo redistribuidor de poder de influência.

Também funcionaria como limitador para as estratégias nacionais das (hoje) megadoadoras. Não podendo ultrapassar um teto absoluto de doações, desapareceria sua capacidade de marcar presença dominante em diversos estados e diversos pleitos simultaneamente.

Governador 2010												
Estado	Qtd doadoras	Total doado	Gini	Qtd Maiores	Doações das maiores	Parcela das maiores	Maiores			Demais		
							Eleito	Não eleitos	Efetividade	Eleito	Não eleitos	Efetividade
PI	53	R\$ 13.158.638	82,8%	3	R\$ 7.684.590	58,4%	0	2	0%	1	6	39,8%
PR	367	R\$ 36.339.704	81,9%	20	R\$ 20.017.375	55,1%	1	3	32,9%	1	5	58,2%
PB	135	R\$ 11.257.331	80,6%	8	R\$ 6.003.600	53,3%	1	1	46,4%	1	1	43,9%
RO	174	R\$ 29.287.095	76,4%	9	R\$ 13.613.122	46,5%	1	2	25,3%	1	3	25,2%
RS	213	R\$ 30.583.104	75,9%	9	R\$ 11.485.000	37,6%	1	5	43,9%	1	7	33,8%
MG	308	R\$ 73.734.292	75,8%	13	R\$ 28.267.120	38,3%	1	3	81,1%	1	3	76,5%
AM	132	R\$ 22.872.214	74,1%	8	R\$ 10.339.774	45,2%	1	2	86,4%	1	3	76,6%
ES	160	R\$ 16.906.511	73,7%	9	R\$ 8.240.000	48,7%	1	1	54,9%	1	3	80,9%
GO	230	R\$ 58.682.800	73,5%	13	R\$ 23.812.000	40,6%	1	2	71,2%	1	2	75,4%
AL	65	R\$ 24.788.340	73,4%	5	R\$ 11.115.000	44,8%	1	2	67,3%	1	2	40,8%
SP	334	R\$ 121.810.006	72,7%	14	R\$ 45.139.301	37,1%	1	4	58,7%	1	4	52,7%
DF	139	R\$ 8.162.961	72,4%	8	R\$ 2.881.000	35,3%	1	1	70,1%	1	6	77,8%
TO	83	R\$ 26.362.508	72,3%	5	R\$ 13.380.000	50,8%	1	1	20,2%	1	2	46,8%
AP	54	R\$ 4.069.630	71,5%	2	R\$ 861.296	21,2%	0	2	0%	1	3	19,0%
RN	108	R\$ 19.384.056	71,3%	5	R\$ 8.055.000	41,6%	1	2	57,6%	1	2	49,9%
SC	142	R\$ 18.729.791	70,4%	8	R\$ 7.268.500	38,8%	1	2	41,4%	1	5	57,9%
SE	58	R\$ 10.292.000	69,9%	4	R\$ 4.400.000	42,8%	1	1	65,3%	1	2	62,8%
RJ	184	R\$ 74.578.947	69,7%	8	R\$ 26.390.101	35,4%	1	3	82,1%	1	3	89,3%
CE	148	R\$ 45.635.956	68,6%	8	R\$ 15.664.920	34,3%	1	2	81,6%	1	3	72,4%
MT	105	R\$ 25.264.791	68,5%	6	R\$ 8.315.953	32,9%	1	1	74,2%	1	2	81,1%
RR	66	R\$ 15.685.231	68,3%	6	R\$ 7.250.000	46,2%	1	0	100%	1	2	70,5%
BA	154	R\$ 48.816.414	68,2%	7	R\$ 15.524.000	31,8%	1	3	63,0%	1	3	51,6%
MA	115	R\$ 24.915.987	65,2%	7	R\$ 8.035.000	32,2%	1	0	100%	1	3	86,5%
PA	98	R\$ 21.168.121	63,0%	5	R\$ 5.700.000	26,9%	1	2	24,6%	1	4	39,4%
AC	100	R\$ 4.922.363	62,5%	6	R\$ 1.820.000	37,0%	1	0	100%	1	2	88,1%
MS	96	R\$ 23.673.728	61,5%	6	R\$ 8.728.000	36,9%	1	1	47,3%	1	1	77,3%
PE	90	R\$ 32.947.391	56,5%	3	R\$ 5.340.000	16,2%	1	1	23,5%	1	2	49,5%

Senador 2010												
Estado	Qtd doadoras	Total doado	Gini	Qtd Maiores	Doações das maiores	Parcela das maiores	Maiores			Demais		
							Eleitos	Não eleitos	Efetividade	Eleitos	Não eleitos	Efetividade
RR	9	R\$ 1.574.450	76,4%	1	R\$ 1.000.000	63,5%	1	0	100%	1	2	25,2%
PI	76	R\$ 4.943.257	75,5%	5	R\$ 2.539.633	51,4%	2	2	77,2%	2	4	40,8%
SP	172	R\$ 16.480.372	72,1%	12	R\$ 8.000.000	48,5%	2	3	89,6%	2	6	75,0%
AM	117	R\$ 10.702.172	72,0%	7	R\$ 4.530.000	42,3%	2	1	95,6%	2	4	67,6%
DF	56	R\$ 2.427.976	71,6%	6	R\$ 1.400.000	57,7%	2	1	42,9%	2	4	74,7%
GO	120	R\$ 9.955.389	71,0%	7	R\$ 4.115.000	41,3%	2	1	96,8%	2	3	95,7%
PB	42	R\$ 2.714.666	67,0%	3	R\$ 854.460	31,5%	1	2	61,0%	2	3	80,4%
PA	36	R\$ 2.727.906	66,1%	3	R\$ 1.100.000	40,3%	2	1	81,8%	2	3	62,1%
RS	70	R\$ 3.923.357	65,5%	6	R\$ 1.650.000	42,1%	2	1	60,6%	2	3	44,1%
BA	69	R\$ 5.107.451	65,0%	4	R\$ 1.797.000	35,2%	2	2	22,3%	2	5	27,1%
RN	49	R\$ 4.496.831	64,2%	3	R\$ 1.450.000	32,2%	2	1	65,5%	2	2	60,5%
MG	141	R\$ 23.626.144	64,1%	7	R\$ 7.790.020	33,0%	2	3	41,6%	2	3	65,8%
PR	80	R\$ 7.103.801	64,0%	5	R\$ 2.380.000	33,5%	1	1	87,4%	2	4	75,2%
RO	28	R\$ 1.356.074	62,8%	2	R\$ 449.805	33,2%	1	1	44,4%	1	4	94,5%
MT	96	R\$ 7.722.568	62,0%	6	R\$ 2.715.000	35,2%	2	2	62,3%	2	5	60,8%
AL	16	R\$ 1.429.090	61,4%	2	R\$ 600.000	42,0%	1	0	100%	2	4	74,4%
TO	9	R\$ 889.300	61,0%	1	R\$ 300.000	33,7%	0	1	0%	2	1	51,3%
PE	82	R\$ 11.393.296	60,9%	5	R\$ 4.158.000	36,5%	2	2	72,3%	2	3	69,6%
AP	12	R\$ 285.117	59,9%	3	R\$ 200.000	70,1%	1	1	50,0%	2	2	48,0%
MS	56	R\$ 5.554.484	59,5%	7	R\$ 2.530.000	45,5%	2	0	100,0%	2	2	89,3%
MA	17	R\$ 1.686.620	58,0%	2	R\$ 600.000	35,6%	1	1	50,0%	2	3	60,8%
ES	86	R\$ 5.484.180	57,5%	5	R\$ 1.570.000	28,6%	2	1	55,4%	2	3	72,4%
RJ	42	R\$ 5.668.071	56,1%	3	R\$ 1.900.000	33,5%	1	0	100,0%	2	4	56,2%
SC	58	R\$ 4.823.184	51,9%	5	R\$ 1.650.000	34,2%	2	1	63,6%	2	7	74,6%
CE	42	R\$ 7.601.180	51,2%	2	R\$ 1.500.000	19,7%	2	0	100%	2	2	38,3%
AC	34	R\$ 1.785.600	51,1%	3	R\$ 590.000	33,0%	2	1	67,1%	2	1	50,2%
SE	17	R\$ 833.000	48,8%	4	R\$ 450.000	54,0%	0	1	0%	2	6	22,0%

Deputado federal 2010

Estado	Qtd doadoras	Total doado	Gini	Qtd Maiores	Doações das maiores	Parcela das maiores	Maiores			Demais		
							Eleitos	Não eleitos	Efetividade	Eleitos	Não eleitos	Efetividade
AC	60	R\$ 2.857.679	82,0%	3	R\$ 1.596.875	55,9%	2	0	100%	7	8	82,1%
SE	73	R\$ 1.769.004	81,3%	5	R\$ 1.138.000	64,3%	3	0	100%	5	6	92,9%
SP	2.088	R\$ 106.378.098	80,3%	105	R\$ 58.215.044	54,7%	56	92	67,1%	64	289	55,2%
SC	502	R\$ 13.442.550	77,5%	26	R\$ 6.842.007	50,9%	13	10	43,2%	16	46	56,1%
RS	598	R\$ 24.366.186	76,3%	33	R\$ 12.571.628	51,6%	28	27	76,8%	31	61	69,1%
PR	533	R\$ 19.605.440	76,1%	28	R\$ 10.188.565	52,0%	20	11	84,6%	30	58	76,1%
MG	858	R\$ 54.823.471	75,9%	44	R\$ 26.280.638	47,9%	44	31	83,3%	52	91	82,8%
BA	368	R\$ 17.702.261	75,3%	19	R\$ 8.542.893	48,3%	25	10	70,2%	36	47	75,3%
DF	106	R\$ 3.469.519	74,1%	6	R\$ 1.616.686	46,6%	4	2	90,7%	6	21	47,8%
ES	221	R\$ 8.734.060	73,9%	12	R\$ 4.117.350	47,1%	8	8	44,1%	10	29	60,9%
RJ	506	R\$ 21.627.854	71,4%	26	R\$ 9.503.240	43,9%	23	22	70,9%	37	108	60,6%
PA	136	R\$ 4.935.759	70,7%	9	R\$ 2.158.410	43,7%	10	1	90,7%	16	21	82,3%
PI	81	R\$ 2.674.458	69,3%	5	R\$ 1.035.500	38,7%	4	0	100%	10	11	95,4%
MS	110	R\$ 6.956.636	68,4%	7	R\$ 2.305.000	33,1%	6	3	86,1%	7	11	80,4%
RN	68	R\$ 3.861.270	67,9%	4	R\$ 1.445.775	37,4%	5	3	65,5%	7	6	88,6%
PE	249	R\$ 13.599.028	67,8%	14	R\$ 5.134.000	37,8%	16	3	89,3%	22	22	87,6%
AM	99	R\$ 5.835.602	66,8%	8	R\$ 2.870.000	49,2%	4	4	68,6%	7	11	49,9%
GO	280	R\$ 24.998.136	65,5%	18	R\$ 10.074.584	40,3%	16	8	82,4%	17	17	88,6%
MT	176	R\$ 7.576.005	64,7%	11	R\$ 2.619.900	34,6%	4	2	89,7%	8	19	75,4%
AP	45	R\$ 773.254	64,0%	3	R\$ 293.000	37,9%	1	2	21,5%	7	15	42,1%
RR	51	R\$ 2.309.883	63,7%	4	R\$ 935.000	40,5%	2	1	74,9%	6	12	59,3%
TO	93	R\$ 4.953.189	63,4%	6	R\$ 2.040.000	41,2%	5	3	63,7%	8	15	68,4%
RO	111	R\$ 3.050.789	63,3%	8	R\$ 1.267.405	41,5%	3	2	44,7%	8	30	47,2%
MA	105	R\$ 3.338.547	62,8%	11	R\$ 1.552.563	46,5%	6	3	60,6%	14	33	47,7%
CE	175	R\$ 10.711.235	61,7%	10	R\$ 3.008.536	28,1%	7	4	81,4%	20	19	64,6%
PB	66	R\$ 2.113.961	59,5%	5	R\$ 675.000	31,9%	3	3	46,7%	8	11	76,9%
AL	53	R\$ 3.759.045	58,3%	4	R\$ 1.215.000	32,3%	2	3	64,6%	7	10	67,3%

Deputado estadual/distrital 2010												
Estado	Qtd doadoras	Total doado	Gini	Qtd Maiores	Doações das maiores	Parcela das maiores	Maiores			Demais		
							Eleitos	Não eleitos	Efetividade	Eleitos	Não eleitos	Efetividade
GO	528	R\$ 23.534.595	78,8%	27	R\$ 12.925.585	54,9%	26	36	56,7%	37	115	47,1%
SP	2.328	R\$ 72.565.736	78,1%	118	R\$ 39.014.938	53,8%	70	153	50,7%	86	401	44,7%
MG	901	R\$ 41.249.550	77,2%	46	R\$ 21.375.916	51,8%	54	68	60,0%	68	197	55,9%
RS	797	R\$ 16.746.113	74,2%	41	R\$ 8.530.100	50,9%	45	85	58,7%	52	173	45,5%
MS	176	R\$ 7.653.448	73,8%	10	R\$ 3.510.000	45,9%	15	15	71,7%	19	27	75,8%
BA	398	R\$ 10.645.993	73,6%	21	R\$ 4.941.361	46,4%	30	23	67,3%	52	93	67,5%
RN	126	R\$ 2.993.649	72,3%	8	R\$ 1.540.110	51,4%	12	10	54,2%	19	25	73,1%
PR	710	R\$ 14.471.608	72,2%	38	R\$ 7.072.207	48,9%	32	40	46,0%	47	116	51,7%
MT	373	R\$ 15.137.491	70,8%	20	R\$ 5.960.568	39,4%	9	14	39,6%	21	81	63,9%
AL	85	R\$ 2.260.560	70,7%	5	R\$ 893.000	39,5%	4	1	98,9%	16	26	78,1%
DF	337	R\$ 7.337.860	70,7%	18	R\$ 3.149.848	42,9%	7	10	60,5%	20	134	36,8%
RJ	532	R\$ 15.882.417	70,4%	28	R\$ 6.872.626	43,3%	21	18	78,0%	54	143	65,8%
ES	371	R\$ 8.099.283	70,3%	20	R\$ 4.003.989	49,4%	25	57	51,0%	28	88	51,5%
SC	557	R\$ 11.550.168	70,1%	31	R\$ 5.218.327	45,2%	19	38	58,5%	35	106	54,2%
PA	317	R\$ 6.131.809	69,3%	17	R\$ 2.805.054	45,7%	12	20	67,9%	37	96	47,0%
SE	67	R\$ 1.209.703	67,8%	4	R\$ 437.000	36,1%	3	0	100%	10	19	34,3%
AC	99	R\$ 1.632.936	67,6%	6	R\$ 712.950	43,7%	7	36	44,3%	12	45	25,3%
AM	240	R\$ 5.676.503	67,3%	13	R\$ 2.138.236	37,7%	8	18	44,0%	20	70	50,3%
PE	228	R\$ 5.964.080	66,8%	12	R\$ 2.460.257	41,3%	9	13	60,3%	37	52	62,0%
MA	208	R\$ 5.017.559	66,7%	11	R\$ 2.020.950	40,3%	8	3	68,3%	32	56	68,4%
TO	87	R\$ 1.285.102	66,4%	6	R\$ 537.227	41,8%	5	2	86,0%	15	33	43,5%
RR	52	R\$ 933.287	64,7%	4	R\$ 377.700	40,5%	5	3	69,6%	11	26	74,5%
PB	95	R\$ 1.621.130	64,4%	7	R\$ 692.636	42,7%	6	1	98,6%	23	26	63,2%
AP	81	R\$ 1.191.777	64,3%	5	R\$ 445.600	37,4%	6	1	86,5%	17	20	64,6%
PI	93	R\$ 1.551.073	62,5%	6	R\$ 632.983	40,8%	6	4	70,3%	22	26	67,7%
CE	259	R\$ 8.043.068	61,6%	14	R\$ 2.633.600	32,7%	18	9	72,6%	40	49	75,4%
RO	201	R\$ 2.801.924	60,2%	13	R\$ 982.502	35,1%	5	4	60,5%	20	53	48,3%

Prefeito 2012

Estado	Capital	Qtd doadoras	Total doado	Gini	Qtd Maiores	Doações das maiores	Parcela das maiores	Maiores			Demais		
								Eleito	Não eleitos	Efetividade	Eleito	Não eleitos	Efetividade
RO	Porto Velho	37	R\$ 10.663.501	93,8%	3	R\$ 9.688.187	90,9%	0	3	0%	1	6	2,7%
TO	Palmas	39	R\$ 10.468.316	83,2%	5	R\$ 8.056.224	77,0%	1	1	38,7%	1	5	29,0%
CE	Fortaleza	132	R\$ 8.845.198	81,3%	8	R\$ 4.793.000	54,2%	1	4	65,8%	1	7	41,1%
BA	Salvador	75	R\$ 8.074.904	80,2%	5	R\$ 4.612.260	57,1%	1	3	7,6%	1	3	46,4%
SC	Florianópolis	69	R\$ 4.191.534	80,0%	2	R\$ 1.526.000	36,4%	1	0	100%	1	4	39,7%
PR	Curitiba	297	R\$ 10.887.147	79,9%	15	R\$ 5.234.093	48,1%	1	3	18,5%	1	6	16,9%
RN	Natal	32	R\$ 983.045	74,0%	3	R\$ 539.400	54,9%	1	2	27,8%	1	4	67,0%
AC	Rio Branco	50	R\$ 1.463.674	73,0%	4	R\$ 790.000	54,0%	1	1	76,2%	1	4	72,9%
MA	São Luís	60	R\$ 4.990.786	72,9%	4	R\$ 2.687.412	53,8%	1	1	18,5%	1	7	24,5%
MT	Cuiabá	87	R\$ 10.571.617	72,1%	5	R\$ 4.185.720	39,6%	1	1	18,3%	1	4	20,1%
MG	Belo Horizonte	102	R\$ 8.981.316	71,8%	6	R\$ 3.780.000	42,1%	1	1	86,8%	1	2	81,6%
PI	Teresina	48	R\$ 2.157.346	70,7%	3	R\$ 886.125	41,1%	0	1	0%	1	4	40,7%
PE	Recife	50	R\$ 6.528.809	70,7%	4	R\$ 2.662.000	40,8%	1	1	81,2%	1	6	51,3%
AL	Maceió	23	R\$ 2.336.265	70,0%	3	R\$ 1.310.000	56,1%	1	2	76,3%	1	5	83,2%
RS	Porto Alegre	106	R\$ 7.866.893	69,5%	6	R\$ 2.464.000	31,3%	1	4	80,1%	1	6	65,7%
SP	São Paulo	96	R\$ 22.766.244	68,2%	6	R\$ 8.675.000	38,1%	1	5	55,2%	1	7	43,1%
MS	Campo Grande	85	R\$ 11.411.196	67,8%	8	R\$ 5.250.000	46,0%	0	1	0%	1	3	2,5%
AP	Macapá	55	R\$ 1.681.680	67,4%	4	R\$ 725.000	43,1%	1	3	20,7%	1	3	13,0%
ES	Vitória	48	R\$ 2.918.182	67,3%	2	R\$ 740.000	25,4%	1	2	12,8%	1	5	44,8%
AM	Manaus	124	R\$ 21.323.052	66,4%	6	R\$ 6.925.000	32,5%	1	1	6,4%	1	6	49,1%
PB	João Pessoa	37	R\$ 802.655	63,9%	3	R\$ 270.000	33,6%	0	2	0%	1	5	19,4%
GO	Goiânia	48	R\$ 2.716.648	62,6%	3	R\$ 1.000.000	36,8%	1	1	20,0%	1	5	68,9%
RJ	Rio de Janeiro	67	R\$ 11.497.298	60,8%	4	R\$ 3.067.000	26,7%	1	3	72,2%	1	5	86,7%
PA	Belém	53	R\$ 1.511.326	58,5%	4	R\$ 489.535	32,4%	1	2	20,4%	1	5	21,3%
SE	Aracaju	18	R\$ 870.080	48,5%	4	R\$ 450.000	51,7%	1	0	100%	1	3	46,4%
RR	Boa Vista	15	R\$ 856.670	39,5%	4	R\$ 450.000	52,5%	1	1	55,6%	1	3	71,3%

Vereador 2012

Estado	Capital	Qtd doadoras	Total doado	Gini	Qtd Maiores	Doações das maiores	Parcela das maiores	Maiores			Demais		
								Eleitos	Não eleitos	Efetividade	Eleitos	Não eleitos	Efetividade
SP	São Paulo	1.106	R\$ 36.386.624	81,2%	69	R\$ 21.120.421	58,0%	33	45	54,7%	49	164	55,4%
RJ	Rio de Janeiro	541	R\$ 9.583.711	74,0%	28	R\$ 4.148.286	43,3%	11	12	65,8%	26	107	33,9%
MS	Campo Grande	223	R\$ 4.550.234	73,7%	12	R\$ 1.139.500	25,0%	8	23	45,1%	14	26	48,5%
SC	Florianópolis	179	R\$ 3.072.807	73,2%	12	R\$ 1.726.500	56,2%	11	24	32,5%	9	29	40,5%
MG	Belo Horizonte	636	R\$ 11.000.659	72,9%	41	R\$ 4.551.294	41,4%	28	51	59,0%	32	106	41,6%
GO	Goiânia	336	R\$ 4.573.385	69,6%	18	R\$ 1.182.600	25,9%	10	13	64,8%	23	65	38,9%
MA	São Luís	248	R\$ 3.872.414	68,7%	13	R\$ 575.118	14,9%	3	9	23,7%	16	50	53,1%
MT	Cuiabá	334	R\$ 4.477.850	68,5%	17	R\$ 1.579.812	35,3%	13	17	46,1%	20	59	34,4%
RS	Porto Alegre	429	R\$ 6.221.830	66,6%	21	R\$ 2.354.377	37,8%	21	35	53,2%	30	59	57,6%
BA	Salvador	358	R\$ 3.784.878	66,6%	20	R\$ 1.054.886	27,9%	12	14	42,9%	25	57	35,2%
AM	Manaus	451	R\$ 6.313.167	66,1%	24	R\$ 2.509.382	39,7%	14	9	67,5%	27	88	52,4%
PR	Curitiba	482	R\$ 5.599.598	66,0%	28	R\$ 1.783.071	31,8%	24 financiados		-	117 financiados		-
AL	Maceió	150	R\$ 1.777.148	63,6%	9	R\$ 279.400	15,7%	3	10	42,2%	7	26	32,1%
CE	Fortaleza	393	R\$ 4.951.140	63,6%	21	R\$ 1.380.607	27,9%	9	19	51,2%	16	62	27,3%
SE	Aracaju	115	R\$ 1.239.733	63,2%	7	R\$ 444.000	35,8%	5	4	36,0%	4	13	28,0%
PB	João Pessoa	175	R\$ 1.506.623	61,6%	9	R\$ 100.500	6,7%	4	5	47,8%	11	23	52,1%
RN	Natal	197	R\$ 1.914.890	61,5%	11	R\$ 293.904	15,3%	7	5	60,1%	16	28	49,4%
AP	Macapá	111	R\$ 1.031.543	61,5%	7	R\$ 334.200	32,4%	4	1	88,8%	7	22	35,9%
PE	Recife	207	R\$ 3.446.726	59,8%	16	R\$ 1.204.464	34,9%	5	12	38,7%	22	30	65,3%
RR	Boa Vista	132	R\$ 974.456	59,6%	9	R\$ 364.406	37,4%	3	3	44,2%	5	18	21,5%
ES	Vitória	105	R\$ 792.663	59,1%	6	R\$ 277.198	35,0%	3	10	14,4%	9	19	45,9%
TO	Palmas	186	R\$ 2.082.480	58,6%	10	R\$ 547.480	26,3%	4	4	54,7%	8	21	43,6%
PI	Teresina	253	R\$ 2.375.312	58,3%	14	R\$ 194.600	8,2%	7	4	65,2%	11	30	43,4%
PA	Belém	256	R\$ 1.985.963	57,0%	14	R\$ 334.826	16,9%	6	4	65,2%	14	43	25,7%
AC	Rio Branco	127	R\$ 900.613	55,1%	7	R\$ 278.560	30,9%	1	3	53,3%	6	17	37,4%
RO	Porto Velho	164	R\$ 1.155.676	53,5%	10	R\$ 182.800	15,8%	3	5	46,5%	6	19	32,3%

* Não é possível determinar a efetividade das doações em Curitiba porque o TSE não informa quem foi eleito.

Governador 2010									
<i>Todos os montantes em milhares de R\$</i>									
<i>Estado</i>	<i>Qtd doadoras</i>	<i>Total doado</i>	<i>Gini</i>	<i>Qtd maiores</i>	<i>Doações das maiores</i>	<i>Parcela das maiores</i>	<i>Média das maiores</i>	<i>Média das demais</i>	<i>Fator</i>
PB	81	R\$ 5.091	81,9%	8	R\$ 3.241	63,7%	R\$ 405	R\$ 18	22,8
RO	96	R\$ 7.317	79,6%	13	R\$ 5.180	70,8%	R\$ 398	R\$ 26	15,2
MG	264	R\$ 57.783	75,3%	14	R\$ 23.527	40,7%	R\$ 1.802	R\$ 130	13,8
AM	114	R\$ 18.542	75,8%	8	R\$ 9.100	49,1%	R\$ 1.163	R\$ 87	13,3
SE	44	R\$ 6.586	70,9%	5	R\$ 4.100	62,3%	R\$ 820	R\$ 64	12,9
RS	108	R\$ 11.270	73,2%	14	R\$ 7.215	64,0%	R\$ 515	R\$ 43	11,9
RJ	170	R\$ 64.467	67,4%	9	R\$ 23.050	35,8%	R\$ 2.839	R\$ 242	11,7
AL	40	R\$ 13.311	76,7%	4	R\$ 4.920	37,0%	R\$ 1.230	R\$ 112	11
PR	196	R\$ 15.873	69,7%	20	R\$ 8.685	54,7%	R\$ 434	R\$ 41	10,6
AP	26	R\$ 610	69,0%	4	R\$ 400	65,6%	R\$ 100	R\$ 10	10,5
ES	140	R\$ 11.535	67,2%	12	R\$ 5.553	48,1%	R\$ 463	R\$ 47	9,9
RN	48	R\$ 6.686	68,4%	6	R\$ 3.885	58,1%	R\$ 648	R\$ 67	9,7
BA	99	R\$ 27.115	66,8%	9	R\$ 12.810	47,2%	R\$ 1.462	R\$ 155	9,4
SP	180	R\$ 64.837	66,6%	18	R\$ 33.125	51,1%	R\$ 1.840	R\$ 196	9,4
GO	155	R\$ 43.111	66,0%	13	R\$ 18.692	43,4%	R\$ 1.438	R\$ 158	9,1
AC	87	R\$ 4.553	63,3%	6	R\$ 1.820	40,0%	R\$ 303	R\$ 34	9
TO	47	R\$ 8.739	66,6%	6	R\$ 4.936	56,5%	R\$ 823	R\$ 93	8,9
CE	111	R\$ 34.315	66,7%	8	R\$ 13.955	40,7%	R\$ 1.744	R\$ 198	8,8
SC	79	R\$ 9.576	63,5%	8	R\$ 4.380	45,7%	R\$ 548	R\$ 73	7,5
MA	93	R\$ 22.655	63,9%	7	R\$ 8.035	35,5%	R\$ 1.176	R\$ 168	7
PI	24	R\$ 2.094	69,8%	6	R\$ 902	43,1%	R\$ 150	R\$ 22	6,9
PA	57	R\$ 7.491	61,0%	6	R\$ 3.250	43,4%	R\$ 542	R\$ 82	6,6
RR	39	R\$ 14.220	59,5%	6	R\$ 7.250	51,0%	R\$ 1.208	R\$ 183	6,6
MT	72	R\$ 19.878	61,9%	7	R\$ 7.638	38,4%	R\$ 1.163	R\$ 181	6,4
MS	82	R\$ 15.679	56,3%	9	R\$ 6.428	41,0%	R\$ 714	R\$ 127	5,6
DF	111	R\$ 6.122	73,6%	10	R\$ 1.881	30,7%	R\$ 188	R\$ 38	5
PE	53	R\$ 14.792	49,7%	5	R\$ 4.170	28,2%	R\$ 834	R\$ 221	3,8

Clique no fator de influência relativa de cada estado para ver a lista das empresas doadoras.

Senador 2010*Todos os montantes em milhares de R\$*

<i>Estado</i>	<i>Qtd doadoras</i>	<i>Total doado</i>	<i>Gini</i>	<i>Qtd maiores</i>	<i>Doações das maiores</i>	<i>Parcela das maiores</i>	<i>Média das maiores</i>	<i>Média das demais</i>	<i>Fator</i>
TO	4	R\$ 302	32,3%	3	R\$ 300	99,2%	R\$ 100	R\$ 2	43,5
RR	4	R\$ 1.144	87,2%	1	R\$ 1.000	87,4%	R\$ 1.000	R\$ 48	20,8
PI	40	R\$ 2.937	79,3%	5	R\$ 1.960	66,7%	R\$ 392	R\$ 28	14
SP	138	R\$ 13.561	72,8%	12	R\$ 7.150	52,7%	R\$ 613	R\$ 49	12,4
AP	6	R\$ 141	76,1%	3	R\$ 130	92,5%	R\$ 43	R\$ 4	12,4
AM	83	R\$ 8.502	71,7%	7	R\$ 4.330	50,9%	R\$ 619	R\$ 55	11,3
RS	50	R\$ 2.001	70,4%	6	R\$ 1.200	60,0%	R\$ 200	R\$ 18	11
GO	110	R\$ 9.578	70,5%	8	R\$ 4.360	45,5%	R\$ 545	R\$ 51	10,7
PA	23	R\$ 1.910	67,3%	3	R\$ 1.050	55,0%	R\$ 350	R\$ 43	8,1
RN	33	R\$ 2.793	65,1%	3	R\$ 1.250	44,7%	R\$ 417	R\$ 51	8,1
RJ	27	R\$ 4.018	62,2%	3	R\$ 1.900	47,3%	R\$ 633	R\$ 88	7,2
PE	63	R\$ 8.046	59,6%	5	R\$ 3.008	37,4%	R\$ 602	R\$ 87	6,9
PR	51	R\$ 5.631	60,2%	8	R\$ 3.080	54,7%	R\$ 385	R\$ 59	6,5
BA	20	R\$ 1.298	57,9%	4	R\$ 775	59,7%	R\$ 194	R\$ 33	5,9
MT	60	R\$ 4.734	57,3%	7	R\$ 2.065	43,6%	R\$ 295	R\$ 50	5,9
PB	36	R\$ 2.017	65,9%	3	R\$ 700	34,7%	R\$ 233	R\$ 40	5,8
ES	69	R\$ 3.704	56,3%	5	R\$ 1.150	31,0%	R\$ 230	R\$ 40	5,8
MS	48	R\$ 5.231	58,7%	7	R\$ 2.530	48,4%	R\$ 361	R\$ 66	5,5
DF	39	R\$ 1.368	57,1%	5	R\$ 600	43,9%	R\$ 120	R\$ 23	5,3
CE	19	R\$ 3.838	55,9%	3	R\$ 1.900	49,5%	R\$ 633	R\$ 121	5,2
AC	34	R\$ 1.786	51,1%	3	R\$ 590	33,0%	R\$ 197	R\$ 39	5,1
MG	86	R\$ 14.545	50,2%	8	R\$ 4.714	32,4%	R\$ 589	R\$ 126	4,7
SE	3	R\$ 84	60,7%	2	R\$ 75	89,3%	R\$ 38	R\$ 9	4,2
SC	38	R\$ 3.417	42,1%	4	R\$ 1.100	32,2%	R\$ 275	R\$ 68	4
RO	19	R\$ 1.057	49,1%	2	R\$ 330	31,2%	R\$ 165	R\$ 43	3,9
MA	7	R\$ 961	47,8%	3	R\$ 700	72,8%	R\$ 233	R\$ 65	3,6
AL	11	R\$ 1.360	44,8%	2	R\$ 600	44,1%	R\$ 300	R\$ 84	3,6

Clique no fator de influência relativa de cada estado para ver a lista das empresas doadoras.

Deputado federal 2010

Todos os montantes em milhares de R\$

Estado	Qtd doadoras	Total doado	Gini	Qtd maiores	Doações das maiores	Parcela das maiores	Média das maiores	Média das demais	Fator
SE	65	R\$ 1.725	81,7%	5	R\$ 1.138	66,0%	R\$ 228	R\$ 10	23,3
AC	43	R\$ 2.586	81,7%	4	R\$ 1.760	68,0%	R\$ 440	R\$ 21	20,8
SP	1.069	R\$ 65.392	77,2%	118	R\$ 44.333	67,8%	R\$ 376	R\$ 22	17
DF	55	R\$ 2.354	76,3%	6	R\$ 1.547	65,7%	R\$ 258	R\$ 16	15,6
SC	326	R\$ 6.663	76,2%	28	R\$ 3.963	59,5%	R\$ 142	R\$ 9	15,6
PR	356	R\$ 15.786	74,1%	28	R\$ 8.986	56,9%	R\$ 321	R\$ 21	15,5
RS	409	R\$ 17.808	73,6%	31	R\$ 9.931	55,8%	R\$ 320	R\$ 21	15,4
MG	624	R\$ 44.730	71,9%	44	R\$ 22.183	49,6%	R\$ 504	R\$ 39	13
BA	262	R\$ 12.897	71,5%	22	R\$ 6.902	53,5%	R\$ 314	R\$ 25	12,6
RJ	280	R\$ 14.095	67,8%	26	R\$ 7.236	51,3%	R\$ 278	R\$ 27	10,3
ES	129	R\$ 4.634	68,1%	13	R\$ 2.411	52,0%	R\$ 185	R\$ 19	9,7
PE	213	R\$ 12.000	66,6%	13	R\$ 4.564	38,0%	R\$ 351	R\$ 37	9,4
GO	235	R\$ 21.429	63,5%	15	R\$ 8.156	38,1%	R\$ 544	R\$ 60	9
PA	92	R\$ 4.244	67,4%	8	R\$ 1.958	46,1%	R\$ 245	R\$ 27	9
PI	67	R\$ 2.600	66,3%	5	R\$ 1.036	39,8%	R\$ 207	R\$ 25	8,2
AM	44	R\$ 3.449	62,6%	6	R\$ 1.940	56,3%	R\$ 323	R\$ 40	8,1
TO	59	R\$ 3.294	58,0%	9	R\$ 1.800	54,7%	R\$ 200	R\$ 30	6,7
AL	39	R\$ 2.498	60,3%	4	R\$ 1.040	41,6%	R\$ 260	R\$ 42	6,2
RR	27	R\$ 1.516	56,0%	4	R\$ 780	51,5%	R\$ 195	R\$ 32	6,1
MA	45	R\$ 1.793	57,0%	6	R\$ 850	47,4%	R\$ 142	R\$ 24	5,9
MT	106	R\$ 6.087	57,3%	10	R\$ 2.250	37,0%	R\$ 225	R\$ 40	5,6
RN	49	R\$ 2.693	60,1%	5	R\$ 1.025	38,1%	R\$ 205	R\$ 38	5,4
CE	106	R\$ 7.421	58,5%	10	R\$ 2.670	36,0%	R\$ 267	R\$ 49	5,4
RO	38	R\$ 1.410	56,5%	7	R\$ 774	54,9%	R\$ 111	R\$ 21	5,4
MS	72	R\$ 5.724	61,5%	7	R\$ 2.085	36,4%	R\$ 298	R\$ 56	5,3
PB	39	R\$ 1.421	51,1%	8	R\$ 735	51,7%	R\$ 92	R\$ 22	4,1
AP	16	R\$ 266	52,0%	4	R\$ 153	57,6%	R\$ 38	R\$ 9	4,1

Clique no fator de influência relativa de cada estado para ver a lista das empresas doadoras.

Deputado estadual 2010									
Todos os montantes em milhares de R\$									
Estado	Qtd doadoras	Total doado	Gini	Qtd maiores	Doações das maiores	Parcela das maiores	Média das maiores	Média das demais	Fator
GO	225	R\$ 12.323	75,5%	27	R\$ 8.273	67,1%	R\$ 306	R\$ 20	15
SP	1.036	R\$ 34.772	74,7%	117	R\$ 22.691	65,3%	R\$ 194	R\$ 13	14,8
DF	128	R\$ 3.449	72,8%	19	R\$ 2.451	71,1%	R\$ 129	R\$ 9	14,1
MG	488	R\$ 23.471	72,0%	46	R\$ 13.408	57,1%	R\$ 291	R\$ 23	12,8
RS	353	R\$ 8.756	70,3%	41	R\$ 5.295	60,5%	R\$ 129	R\$ 11	11,6
PR	398	R\$ 7.085	68,9%	39	R\$ 3.955	55,8%	R\$ 101	R\$ 9	11,6
PA	134	R\$ 3.469	69,4%	19	R\$ 2.281	65,8%	R\$ 120	R\$ 10	11,6
MS	121	R\$ 5.656	69,2%	12	R\$ 3.060	54,1%	R\$ 255	R\$ 24	10,7
BA	219	R\$ 7.183	67,9%	21	R\$ 3.667	51,0%	R\$ 175	R\$ 18	9,8
SC	282	R\$ 6.483	67,1%	37	R\$ 3.859	59,5%	R\$ 104	R\$ 11	9,7
RJ	277	R\$ 11.301	65,4%	37	R\$ 6.632	58,7%	R\$ 179	R\$ 19	9,2
SE	24	R\$ 677	68,5%	4	R\$ 437	64,6%	R\$ 109	R\$ 12	9,1
TO	33	R\$ 788	66,7%	5	R\$ 487	61,8%	R\$ 97	R\$ 11	9,1
PI	58	R\$ 1.068	63,8%	6	R\$ 542	50,7%	R\$ 90	R\$ 10	8,9
AC	33	R\$ 422	64,6%	6	R\$ 280	66,3%	R\$ 47	R\$ 5	8,8
ES	165	R\$ 4.155	64,5%	20	R\$ 2.220	53,4%	R\$ 111	R\$ 13	8,3
AL	53	R\$ 1.953	68,5%	5	R\$ 883	45,2%	R\$ 177	R\$ 22	7,9
PB	54	R\$ 1.268	63,0%	7	R\$ 683	53,8%	R\$ 98	R\$ 12	7,8
MA	119	R\$ 3.434	61,3%	11	R\$ 1.522	44,3%	R\$ 138	R\$ 18	7,8
PE	143	R\$ 3.348	60,9%	12	R\$ 1.387	41,4%	R\$ 116	R\$ 15	7,7
AP	40	R\$ 868	63,6%	7	R\$ 536	61,7%	R\$ 77	R\$ 10	7,6
AM	110	R\$ 2.721	61,7%	17	R\$ 1.565	57,5%	R\$ 92	R\$ 12	7,4
RN	69	R\$ 1.901	60,2%	7	R\$ 854	44,9%	R\$ 122	R\$ 17	7,2
MT	170	R\$ 8.226	60,8%	27	R\$ 4.584	55,7%	R\$ 170	R\$ 25	6,7
CE	185	R\$ 5.987	56,8%	15	R\$ 2.196	36,7%	R\$ 146	R\$ 22	6,6
RO	85	R\$ 1.473	54,0%	13	R\$ 714	48,5%	R\$ 55	R\$ 11	5,2
RR	24	R\$ 677	49,6%	5	R\$ 363	53,5%	R\$ 73	R\$ 17	4,4

Clique no fator de influência relativa de cada estado para ver a lista das empresas doadoras.

Prefeito 2012										
Todos os montantes em milhares de R\$										
Estado	Capital	Qtd doadoras	Total doado	Gini	Qtd maiores	Doações das maiores	Parcela das maiores	Média das maiores	Média das demais	Fator
MS	Campo Grande	2	R\$ 153	95,8%	1	R\$ 150	97,9%	R\$ 150	R\$ 3	46,9
TO	Palmas	12	R\$ 3.816	89,4%	2	R\$ 3.326	87,2%	R\$ 1.663	R\$ 49	34
MT	Cuiabá	34	R\$ 2.046	78,0%	5	R\$ 1.179	57,6%	R\$ 236	R\$ 12	20
CE	Fortaleza	30	R\$ 4.891	66,1%	9	R\$ 615	12,6%	R\$ 68	R\$ 5	15,2
AC	Rio Branco	37	R\$ 1.093	73,3%	4	R\$ 692	63,3%	R\$ 173	R\$ 12	13,9
PB	João Pessoa	13	R\$ 99	74,1%	3	R\$ 78	78,8%	R\$ 26	R\$ 2	12,4
MG	Belo Horizonte	87	R\$ 7.417	73,6%	7	R\$ 3.860	52,0%	R\$ 551	R\$ 44	12,4
MA	São Luís	24	R\$ 1.060	68,9%	5	R\$ 483	45,6%	R\$ 101	R\$ 9	11,8
RN	Natal	18	R\$ 447	68,3%	3	R\$ 190	42,5%	R\$ 63	R\$ 6	11,2
AP	Macapá	15	R\$ 274	77,3%	4	R\$ 215	78,4%	R\$ 54	R\$ 5	10,3
PR	Curitiba	46	R\$ 1.918	64,3%	17	R\$ 1.259	65,6%	R\$ 74	R\$ 8	9,5
SC	Florianópolis	15	R\$ 2.585	70,3%	4	R\$ 1.976	76,4%	R\$ 494	R\$ 55	8,9
RO	Porto Velho	3	R\$ 27	69,8%	2	R\$ 25	94,3%	R\$ 13	R\$ 2	8,3
PA	Belém	17	R\$ 317	66,2%	4	R\$ 220	69,4%	R\$ 55	R\$ 7	7,4
ES	Vitória	18	R\$ 1.072	58,1%	5	R\$ 660	61,6%	R\$ 140	R\$ 20	6,9
RS	Porto Alegre	71	R\$ 5.523	66,7%	6	R\$ 2.124	38,5%	R\$ 354	R\$ 52	6,8
AL	Maceió	17	R\$ 1.854	60,2%	3	R\$ 1.000	53,9%	R\$ 333	R\$ 61	5,5
PE	Recife	23	R\$ 4.146	60,3%	4	R\$ 2.162	52,2%	R\$ 541	R\$ 104	5,2
AM	Manaus	68	R\$ 7.141	60,9%	6	R\$ 2.475	34,7%	R\$ 446	R\$ 86	5,2
RJ	Rio de Janeiro	49	R\$ 9.392	51,9%	7	R\$ 3.800	40,5%	R\$ 564	R\$ 130	4,4
SP	São Paulo	36	R\$ 10.937	48,6%	6	R\$ 4.170	38,1%	R\$ 695	R\$ 170	4,1
BA	Salvador	49	R\$ 1.917	71,1%	8	R\$ 810	42,2%	R\$ 101	R\$ 25	4,1
SE	Aracaju	11	R\$ 645	46,9%	4	R\$ 450	69,8%	R\$ 113	R\$ 28	4
GO	Goiânia	25	R\$ 1.382	52,3%	3	R\$ 485	35,1%	R\$ 162	R\$ 41	4
PI	Teresina	21	R\$ 518	55,2%	3	R\$ 220	42,4%	R\$ 73	R\$ 27	2,7
RR	Boa Vista	8	R\$ 540	29,1%	2	R\$ 250	46,3%	R\$ 125	R\$ 48	2,6

Clique no fator de influência relativa de cada estado para ver a lista das empresas doadoras.

Vereador 2012*										
Todos os montantes em milhares de R\$										
Estado	Capital	Qtd doadoras	Total doado	Gini	Qtd maiores	Doações das maiores	Parcela das maiores	Média das maiores	Média das demais	Fator
RR	Boa Vista	9	R\$ 196	70,8%	8	R\$ 195	99,5%	R\$ 24	R\$ 1	24,4
SP	São Paulo	377	R\$ 11.870	71,7%	56	R\$ 7.967	67,1%	R\$ 142	R\$ 12	11,7
CE	Fortaleza	53	R\$ 998	67,5%	21	R\$ 878	88,0%	R\$ 42	R\$ 4	11,2
RJ	Rio de Janeiro	77	R\$ 2.603	64,1%	36	R\$ 2.358	90,6%	R\$ 66	R\$ 6	11
MG	Belo Horizonte	140	R\$ 2.983	68,5%	34	R\$ 2.320	77,8%	R\$ 68	R\$ 6	10,9
GO	Goiânia	66	R\$ 1.110	66,3%	18	R\$ 890	80,2%	R\$ 49	R\$ 5	10,8
AL	Maceió	14	R\$ 161	62,2%	10	R\$ 155	95,9%	R\$ 15	R\$ 2	9,4
MT	Cuiabá	52	R\$ 1.069	68,0%	18	R\$ 887	82,9%	R\$ 49	R\$ 5	9,2
RS	Porto Alegre	147	R\$ 2.256	63,3%	28	R\$ 1.489	66,0%	R\$ 53	R\$ 6	8,3
BA	Salvador	63	R\$ 687	64,4%	19	R\$ 536	78,0%	R\$ 28	R\$ 3	8,2
PA	Belém	26	R\$ 296	59,6%	14	R\$ 266	89,7%	R\$ 19	R\$ 3	7,5
AM	Manaus	108	R\$ 2.148	60,1%	27	R\$ 1.527	71,1%	R\$ 57	R\$ 8	7,4
TO	Palmas	27	R\$ 556	58,7%	9	R\$ 434	78,1%	R\$ 48	R\$ 7	7,1
MS	Campo Grande	44	R\$ 770	60,3%	12	R\$ 559	72,5%	R\$ 47	R\$ 7	7
AC	Rio Branco	17	R\$ 148	61,9%	10	R\$ 133	90,2%	R\$ 13	R\$ 2	6,4
SE	Aracaju	11	R\$ 185	41,1%	7	R\$ 170	91,7%	R\$ 24	R\$ 4	6,3
SC	Florianópolis	24	R\$ 425	56,7%	9	R\$ 336	79,1%	R\$ 37	R\$ 6	6,3
AP	Macapá	23	R\$ 189	58,0%	7	R\$ 138	72,7%	R\$ 20	R\$ 3	6,1
ES	Vitória	24	R\$ 128	51,6%	6	R\$ 80	62,6%	R\$ 13	R\$ 3	5
MA	São Luís	44	R\$ 461	53,5%	16	R\$ 340	73,8%	R\$ 21	R\$ 4	4,9
PE	Recife	67	R\$ 1.184	52,0%	11	R\$ 573	48,4%	R\$ 52	R\$ 11	4,8
RN	Natal	33	R\$ 340	48,9%	14	R\$ 262	77,1%	R\$ 19	R\$ 4	4,6
RO	Porto Velho	16	R\$ 123	43,4%	9	R\$ 103	83,6%	R\$ 11	R\$ 3	4
PI	Teresina	28	R\$ 193	41,7%	14	R\$ 148	76,7%	R\$ 11	R\$ 3	3,3
PB	João Pessoa	19	R\$ 112	34,7%	10	R\$ 85	76,2%	R\$ 9	R\$ 3	2,9

* Exceto Curitiba, pois os dados do TSE não informam os candidatos eleitos.

Clique no fator de influência relativa de cada estado para ver a lista das empresas doadoras.